

Brasil faz apelo a credores

Para Delfim Netto, bancos devem suavizar pagamento da dívida

UPI



No FMI, Serrano sentou-se ao lado de Vasquez

dos empréstimos. Sem detalhar suas exigências, deu a entender, disse o "Financial Times", que deseja concessões pelo menos iguais ao que eventualmente a Argentina venha a conseguir.

"Os bancos sabem que os que conseguem melhores progressos devem ser tratados pelo menos num pla-

no de igualdade com aqueles cujos resultados são menos bons", disse Delfim. Além disso, apresentou um panorama otimista da economia brasileira, afirmando principalmente que o déficit da balança de pagamentos seria reduzido de 15 bilhões de dólares, em 1982, para menos de 6 bilhões em 1984.

Delfim acrescentou que

após uma interrupção de dois anos e meio, a economia reiniciou sua expansão graças aos aumentos das exportações e previu um crescimento de 3,4 por cento do produto interno bruto para este ano depois da baixa do ano passado.

Quanto à inflação, atualmente da ordem de 10 por cento ao mês, deveria começar a baixar imediatamente, devido às restrições da massa monetária e dos gastos do Estado.

O Ministro calculou em 600 milhões de dólares por ano o prejuízo do Brasil pelo aumento das taxas de juros norte-americanas, mas indicou que as reservas líquidas de câmbio, atualmente de 1,6 bilhão de dólares, permitirão enfrentar o fardo suplementar.

Queixa semelhante foi feita em Washington, durante reunião do FMI, pelo representante brasileiro José Carlos Madeira Serrano, diretor da área externa do Banco Central.

Londres — Segundo o exemplo da Argentina, o Brasil pretende exigir que seus credores suavizem as exigências quanto às modalidades do pagamento de sua dívida, segundo dão a entender as declarações do ministro do Planejamento Delfim Netto, ao "Financial Times".

Delfim Netto, estimando que os resultados positivos do programa de saneamento econômico aplicado pelo Brasil justifica um pouco mais de generosidade por parte dos bancos, declarou: "Pedimos aos bancos que levem em consideração o que temos realizado e compreendam nossa necessidade de uma maior cooperação e de melhores condições para resolver o problema de nossa dívida.

O Ministro do Planejamento indicou que entende por melhores condições um reescalonamento da dívida com base numa redução das taxas de juros e num prolongamento os prazos